



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.160, DE 1989

(Do Sr. Flávio Rocha)

Dispõe sobre a exploração de recursos naturais nos territórios indígenas, nos termos do art. 231, § 3º, da Constituição.

(Anexe-se ao Projeto de Lei Nº 1.561/89.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Depende de aprovação do Congresso Nacional, mediante decreto-legislativo, o aproveitamento de potenciais energéticos, e pesquisa e lavra de riquezas minerais e a exploração de quaisquer outros recursos no território indígena.

§ 1º Para exame das propostas de aproveitamento ou pesquisas, na forma deste artigo, serão previamente ouvidas as populações indígenas interessadas.

§ 2º Os silvícolas em cujo território se concedem as atividades exploratórias previstas nesta lei, terão direito a dez por cento do seu rendimento bruto.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro de cento e vinte dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Art. 231 e seus parágrafos reconhecem a posse, pelos índios, da terra que habitam — com todos os bens e utilidades nelas existentes.

A tradição da posse indígena vem da Constituição de 1934, transcrita nas demais, culminando no art. 198 da Carta de 1969, que produziu a mais ampla abertura jurídica para a solução do problema indígena.

Sala das Sessões, . _ Deputado **Flávio Rocha**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO

DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

.....
TÍTULO VIII

Da Ordem Social
.....

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
.....

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
.....
.....